

Adoecimento Docente e Políticas de Valorização: a arteterapia como caminho de criação e resistência

Teacher Illness and Valuation Policies: art therapy as a path of creation and resistance

Enfermedad Docente y Políticas de Valorización: la arteterapia como camino de creación y resistencia

Carla Alessandra Silva de Assis¹, Leonardo Viana de Lima ², Mariana Conceição de Souza³

Resumo

Esse artigo discute o adoecimento de professores(as) da educação básica (rede pública e privada) como consequência da precarização do trabalho docente e da crise estrutural que atravessa a educação pública brasileira. O objetivo é refletir sobre os fatores que impactam a saúde desses(as) profissionais, intensificados por reformas educacionais com viés neoliberal, que reduziram investimentos, fragilizaram direitos e impuseram uma lógica produtivista à educação. Também se analisa a legislação brasileira, que, embora preveja diretrizes de valorização docente, enfrenta obstáculos em sua efetiva implementação, contribuindo para a manutenção da desvalorização social do magistério. Para sustentar essas reflexões, optou-se por uma abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica e análise documental, a fim de identificar conexões entre políticas educacionais, condições de trabalho e questões de saúde. Apesar de a legislação brasileira assegurar a valorização docente, persistem desafios relacionados à precarização e ao adoecimento profissional. Como possibilidade de enfrentamento, o estudo apresenta a Arteterapia como prática simbólica de acolhimento, escuta e autocuidado, com potencial para amenizar o sofrimento e favorecer a promoção da saúde mental, especialmente quando integrada a políticas permanentes de valorização e bem-estar no trabalho.

Palavras-chave: magistério; condições do trabalho docente; estatuto do magistério; saúde do professor

Abstract

This article discusses the illness affecting basic education teachers (in both public and private schools) as a consequence of the precariousness of teaching work and the structural crisis affecting Brazilian public education. Its objective is to reflect on the factors impacting these professionals' health, intensified by neoliberal-oriented educational reforms that have reduced public investment, weakened labor rights, and imposed a productivist logic on education. The study also examines Brazilian legislation, which, although it establishes guidelines for teacher appreciation, faces significant

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde. Fundação Oswaldo Cruz (IOC/FIOCRUZ), Rio de Janeiro, Brasil. Av. Brasil, 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro - CEP: 21040-900. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1335539308190613>. E-mail: carlaouclara@yahoo.com.br

² Doutor em Ensino em Biociências e Saúde. Fundação Oswaldo Cruz (IOC/FIOCRUZ), Rio de Janeiro, Brasil. Av. Brasil, 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro - CEP: 21040-900. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4949466938568575>. E-mail: limalv@gmail.com

³ Doutora em Biologia Celular e Molecular (IOC/FIOCRUZ), Rio de Janeiro, Brasil. Av. Brasil, 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro - CEP: 21040-900. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3139928682245637>. E-mail: mariana.souza@fiocruz.br

obstacles to its effective implementation, thereby contributing to the continued social devaluation of the teaching profession. To support these reflections, a qualitative approach was adopted, combining a literature review and documentary analysis to identify connections between educational policies, working conditions, and health-related issues. Although Brazilian legislation guarantees teacher appreciation, challenges related to precarious working conditions and occupational illness persist. As a possible response, the study presents Art Therapy as a symbolic practice of support, active listening, and self-care, with the potential to alleviate suffering and promote mental health, especially when integrated into permanent policies aimed at teacher appreciation and workplace well-being.

Keywords: teaching profession; teachers' working conditions; teaching profession statute; teacher health

Resumen

Este artículo analiza la enfermedad ocupacional de los(as) docentes de la educación básica (red pública y privada) como consecuencia de la precarización del trabajo docente y de la crisis estructural que atraviesa la educación pública brasileña. El objetivo es reflexionar sobre los factores que afectan la salud de estos(as) profesionales, intensificados por las reformas educativas de orientación neoliberal, que redujeron las inversiones, debilitaron los derechos e impusieron una lógica productivista a la educación. Asimismo, se analiza la legislación brasileña que, aunque establece directrices para la valorización docente, enfrenta obstáculos para su efectiva implementación, contribuyendo a la persistencia de la desvalorización social del magisterio. Para sustentar estas reflexiones, se optó por un enfoque cualitativo que articula la revisión bibliográfica y el análisis documental, con el fin de identificar las conexiones entre las políticas educativas, las condiciones de trabajo y las cuestiones relacionadas con la salud. Aunque la legislación brasileña garantiza la valorización docente, persisten desafíos vinculados a la precarización y al deterioro de la salud profesional. Como alternativa de afrontamiento, el estudio presenta la Arteterapia como una práctica simbólica de acogida, escucha y autocuidado, con potencial para aliviar el sufrimiento y promover la salud mental, especialmente cuando se integra en políticas permanentes de valorización y bienestar laboral.

Palabras clave: magisterio; condiciones de trabajo docente; estatuto del magisterio; salud del docente

Introdução

A educação, enquanto processo contínuo de desenvolvimento humano e construção da subjetividade, atravessa uma profunda crise estrutural no Brasil em razão da pauperização e da precarização das condições de trabalho docente (Plessim, 2024), influenciadas pelas relações determinadas pelo capital, que desqualifica e desumaniza as interações sociais, promovendo a degradação do sistema de ensino por meio de cortes de gastos sociais em busca de maior lucro (Souza, 2023).

Esse cenário é intensificado por reformas educacionais de caráter neoliberal, que reforçam a lógica da produtividade e da “uberização” da docência (Cunha, 2024), materializadas na redução de investimentos, desvalorização salarial, carência de infraestrutura e insuficiência de suporte institucional (Moraes; Abreu; Assunção, 2023, Gonçalves, Lima, 2024). Como consequência, professores(as) acumulam funções que extrapolam sua formação, assumindo papéis como mediadores de

conflitos sociais e emocionais, enfrentando indisciplina, violência e condições escolares precárias (Assunção; Abreu, 2019; Moraes; Abreu; Assunção, 2023).

A Arteterapia assume centralidade neste estudo ao ser apresentada como um caminho de criação e resistência contra o adoecimento docente, estabelecendo o elo entre a saúde mental e as políticas de valorização profissional. Sua utilização justifica-se por ser uma prática simbólica que favorece a ressignificação de vivências dolorosas e o acolhimento subjetivo por meio do processo criativo livre, permitindo que o professor explore emoções e pensamentos sem a pressão de resultados perfeitos (Duchastel, 2010; Philippini, 2021). Ao integrar-se como uma Prática Integrativa e Complementar em Saúde (PICS) (Brasil, 2017), ela transcende o modelo tradicional de escuta ao promover o autocuidado, o fortalecimento da autoestima e a cooperação coletiva (Reis, 2014; Vasques, 2009), servindo como uma estratégia política para humanizar o trabalho docente e mitigar os efeitos da exaustão gerada pela precarização do ensino (Wandscheer, 2016).

Essa pesquisa discute os fatores que podem contribuir para o adoecimento docente, com base em evidências empíricas, estudos acadêmicos e dispositivos legais que visam assegurar condições laborais adequadas. Tem como objetivo a promoção de reflexões sobre esses instrumentos que preveem a valorização e as condições de trabalho docente, destacando a ausência de sua implementação efetiva, evidenciando a ocorrência contradição entre o que é garantido em lei e as condições reais vivenciadas no ambiente escolar, além de ressaltar a urgência de políticas e práticas de acolhimento voltadas a esse público.

A escuta ativa, em oposição a avaliações rigorosas (Oliveira; Santos, 2021), a promoção de ambientes de paz e justiça, o fomento ao apoio entre colegas, intervenções integradas e de longo prazo (Assunção; Abreu, 2019; Oliveira; Santos, 2021), abordagens compreensivas em substituição a práticas prescritivas ou punitivas (ibidem), e uso da Arteterapia, como prática de cuidado e ressignificação das experiências docentes, pode representar uma estratégia para a promoção da saúde e do acolhimento dos sujeitos (Philippini, 2018, 2020, 2021).

Adoecimento docente e condições de trabalho

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta a docência como uma das profissões mais suscetíveis ao estresse ocupacional (Gil-Monte apud Oliveira; Santos, 2021). Consequentemente, o magistério figura entre as categorias profissionais mais vulneráveis a afastamentos decorrentes de adoecimentos físicos e mentais (Assunção, 2019; Moraes; Moraes, *et al.*, 2023; Abreu; Assunção, 2023; Ristum, 2023; Silva; Fulgêncio; Calabar, 2024; Almeida, 2024;). Esse cenário é especialmente preocupante porque a docência desempenha papel fundamental na formação cidadã (Oliveira; Castro; Assis, 2024; Damasceno Marques, 2024; Gonçalves, Lima, 2024) e na manutenção da coesão social, constituindo-se como atividade indispensável ao desenvolvimento das futuras gerações (Almeida, 2024; Farias; Wagner, 2024; Oliveira; Castro; Assis, 2024).

O adoecimento físico e mental apresenta elevada prevalência entre os(as) docentes, manifestando-se por meio de doenças recorrentes, afastamentos por licença médica, transtornos mentais e vocais, sofrimento psíquico, ansiedade, depressão, insônia, irritabilidade, exaustão, dores musculoesqueléticas e cefaleias. Soma-se a esse quadro o uso expressivo de psicofármacos, uma vez que 42% dos(as) professores(as) relatam consumir ansiolíticos e antidepressivos (Moraes; Abreu; Assunção, 2023). A Síndrome de *Burnout* desponta como uma das principais expressões desse adoecimento, agravada pelo excesso de trabalho, pela indisciplina estudantil, pelos baixos salários e pela falta de reconhecimento profissional (Oliveira; Sants, 2021; Gomes; Silva; James, 2025). Como consequência, muitos(as) docentes vivenciam processos de desvalorização que repercutem em sua autoestima, motivação e satisfação com a carreira (Wandscheer, 2016; Silva; Fulgêncio; Calabar; Ristum, 2023).

Estudos indicam que esse processo de adoecimento está relacionado a uma combinação de fatores, entre os quais se destacam as longas jornadas de trabalho decorrentes dos baixos salários, as turmas superlotadas, o excesso de atividades administrativas, o uso intensivo da voz, as condições estruturais precárias das escolas, os problemas musculoesqueléticos, os transtornos mentais e emocionais e as vulnerabilidades presentes nos contextos sociais em que as instituições escolares estão inseridas (Moraes; Abreu; Assunção, 2023).

No que se refere ao trabalho extraclasse, observa-se que os(as) professores(as) assumem funções que extrapolam o exercício da docência, atuando, frequentemente, como psicólogos(as), assistentes sociais, figuras parentais e conselheiros(as). Ao mesmo tempo, enfrentam pressões sociais e institucionais para suprir demandas afetivas e emocionais que excedem suas atribuições profissionais (ibidem). Além dessas responsabilidades, também lhes são atribuídas atividades administrativas, como articulação com a comunidade, gestão escolar, planejamento, participação em conselhos, desenvolvimento de pesquisas, participação em workshops e supervisão de estágios (Wandescheer, 2016; Cunha, 2024; Assunção; Abreu, 2019; Brasil, 1996; Oliveira; Santos, 2021; Gonçalves, Lima, 2024). Esse conjunto de atribuições intensifica a sobrecarga de trabalho, amplia as exigências institucionais e aumenta significativamente a carga administrativa (Morais; Abreu; Assunção, 2023).

Outro aspecto cada vez mais presente refere-se ao papel de mediação entre a escola e o território. As instituições escolares passaram a refletir de forma mais intensa as expressões da crise social, como a violência, o tráfico de drogas e diferentes formas de vulnerabilidade (Assunção; Abreu, 2019; Brasil, 2024). Nesse contexto, os(as) docentes lidam diariamente com estudantes que apresentam comportamentos agressivos e dificuldades decorrentes de conflitos familiares, exclusão social e ausência de referências básicas de convivência, sendo levados a enfrentar situações que extrapolam sua formação e suas atribuições profissionais (Morais, 2021; Queiros, 2025).

O trabalho docente também invade a vida pessoal (Oliveira; Castro; Assis, 2024; Farias; Wagner, 2024), reduzindo o tempo destinado ao autocuidado, ao lazer e à convivência social (Oliveira; Castro; Assis, 2024; Mansur, 2024; Sousa *et al.*, 2024). Esse processo acarreta sobrecarga doméstica e conflitos familiares, especialmente entre as mulheres, que frequentemente acumulam responsabilidades profissionais e tarefas de cuidado (Cunha, 2024; Mansur, 2024; Farias; Wagner, 2024; Oliveira; Castro; Assis, 2024; Sousa *et al.*, 2024). Soma-se a esse cenário o presenteísmo, caracterizado pela permanência no trabalho mesmo diante do adoecimento, condição que amplia os riscos à saúde e favorece o abandono da profissão (Cunha, 2024; Oliveira; Santos, 2021).

Como reflexo dessas condições, aproximadamente 27% dos(as) professores(as) avaliam negativamente sua própria saúde, percentual ainda mais elevado nas regiões Norte e Nordeste (Morais *et al.*, 2021; Moraes; Abreu; Assunção, 2023; Oliveira; Santos, 2021). Esse quadro inclui elevada incidência de morbididades, afastamentos por licença médica e presenteísmo, que atinge cerca de 70% dos(as) docentes com percepção negativa da própria saúde, comprometendo tanto as relações pedagógicas quanto a qualidade do processo de ensino e aprendizagem (Assunção; Abreu, 2019).

A ausência de políticas públicas de suporte e de condições adequadas de trabalho compromete não apenas a saúde dos(as) docentes, mas também a qualidade do próprio processo educacional (Cunha, 2024; Damasceno Marques, 2024; Farias; Wagner, 2024; Oliveira; Castro; Assis, 2024; Sousa *et al.*, 2024; Gomes; Silva; James, 2025). Esse cenário foi intensificado pelas reformas educacionais implementadas na década de 1990, orientadas por princípios neoliberais que reduziram os investimentos sociais e passaram a tratar a educação como um custo, priorizando a ampliação do atendimento sem investimentos proporcionais (Cunha, 2024). Como consequência, ampliaram-se os contratos temporários, precarizaram-se os direitos trabalhistas, inclusive dos(as) servidores(as) efetivos(as), e fortaleceram-se vínculos profissionais marcados pela instabilidade (Assunção; Abreu, 2019; Conselho Editorial, 2021; Moraes, 2021). Muitos(as) docentes relatam insegurança decorrente dos contratos anuais e da ausência de concursos públicos (Morais; Abreu; Assunção, 2023), situação que enfraquece a organização da categoria. Soma-se a isso a precariedade da infraestrutura escolar, caracterizada por instalações deterioradas, riscos elétricos, falta de banheiros adaptados e escassez de recursos didáticos, levando muitos(as) professores(as) a custear materiais com recursos próprios ou recorrer a doações (Bofe *et al.*, 2021; Moraes, 2021; Assis *et al.*, 2023). Apesar de as evidências apontarem a responsabilidade do poder público por esse cenário, os(as) docentes continuam sendo frequentemente responsabilizados(as), no imaginário social, pelo fracasso do sistema educacional (Wandscheer, 2016; Cunha, 2024).

Diante das múltiplas formas de desgaste físico, emocional e social que atravessam o magistério, torna-se imprescindível a implementação de políticas

públicas que promovam a valorização docente e assegurem condições dignas de trabalho. Paralelamente, é necessário fortalecer estratégias de cuidado que favoreçam a recuperação do sentido da docência como espaço de criação, desenvolvimento humano e transformação social, e não como ambiente de exaustão e adoecimento. Nesse contexto, a Arteterapia apresenta-se como uma importante possibilidade de promoção da saúde, do autocuidado e de ressignificação das vivências docentes.

A Arteterapia como prática simbólica de acolhimento e escuta

A Arteterapia é um campo do saber fundamentado em bases teóricas multidisciplinares, multiculturais e transdisciplinares (Ubaat, 2019). Sustenta-se no pressuposto de que as atividades criativas possuem propriedades curativas e transformadoras, constituindo-se como um processo terapêutico que resgata técnicas milenares voltadas à promoção, prevenção e expansão da saúde (Philippini, 2021).

No Brasil, a Arteterapia foi oficialmente reconhecida como Prática Integrativa e Complementar em Saúde (PICS) no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Portaria GM/MS nº 849/2017 (Brasil, 2017). O texto publicado no Diário Oficial da União (DOU) caracteriza a Arteterapia da seguinte forma:

É uma prática que utiliza a arte como base do processo terapêutico. Faz uso de diversas técnicas expressivas como pintura, desenho, sons, música, modelagem, colagem, mímica, tecelagem, expressão corporal, escultura, dentre outras. Pode ser realizada de forma individual ou em grupo. Baseia-se no princípio de que o processo criativo é terapêutico e fomentador da qualidade de vida. A Arteterapia estimula a expressão criativa, auxilia no desenvolvimento motor, no raciocínio e no relacionamento afetivo. Através da arte é promovida a ressignificação dos conflitos, promovendo a reorganização das próprias percepções, ampliando a percepção do indivíduo sobre si e do mundo. A arte é utilizada no cuidado à saúde com pessoas de todas as idades, por meio da arte, a reflexão é estimulada sobre possibilidades de lidar de forma mais harmônica com o stress e experiências traumáticas. (Brasil, 2017, p. 69).

Um dos pilares da Arteterapia consiste na valorização do processo criativo livre, que possibilita a exploração de emoções e pensamentos sem a pressão por resultados estéticos ou perfeitos (Philippini, 2018). Segundo Philippini (2021, p. 18), a produção artística, em Arteterapia, é "o resultado da energia psíquica de quem

trabalha e do material expressivo utilizado, plasmando formas, criando e recriando mundos obscuros ou esquecidos, expressando dores e esperança de vir a ser". Para a autora, esse processo deve ocorrer livre de pressões externas, permitindo que conteúdos do inconsciente encontrem vias de expressão (ibidem).

Diferentemente de abordagens terapêuticas centradas predominantemente na narrativa de eventos dolorosos ou traumáticos, a Arteterapia privilegia a experiência criativa no momento presente (Duchastel, 2010). Ao recorrer a diferentes linguagens artísticas, amplia as possibilidades de expressão simbólica, favorece o acesso aos conteúdos inconscientes e contribui para a elaboração de emoções reprimidas (Duchastel, 2010). Desse modo, possibilita que os sujeitos assumam o protagonismo de seus processos de transformação, tornando-se autores e artistas de sua própria história (Reis, 2014).

Os benefícios da Arteterapia abrangem múltiplas dimensões do desenvolvimento humano. Além de favorecer a expressão de sentimentos e a ressignificação de medos, angústias e traumas, estimula a atenção, a criatividade, a concentração, a coordenação motora, o equilíbrio físico, mental e espiritual, fortalecendo as relações interpessoais e a consciência corporal (Sousa, 2012). Nessa perspectiva, Duchastel (2010, p. 106) afirma que "[...] a arte-terapia constitui um meio privilegiado de completar situações inacabadas, introduzir movimentos nos bloqueios, estimular as forças de cura e vitalizar a alma".

Como prática de autocuidado, a Arteterapia promove o fortalecimento dos recursos internos, o relaxamento e a reconexão do sujeito consigo mesmo. No âmbito coletivo, favorece a reflexão sobre as práticas profissionais, estimula interações colaborativas e contribui para o resgate do prazer no trabalho, reforçando seu potencial como estratégia de promoção da saúde laboral (Ovalle Sazié, 2007, apud Wandscheer, 2016).

Sua fundamentação metodológica amplia os limites das formas tradicionais de comunicação terapêutica ao colocar a criatividade e a ludicidade no centro do processo terapêutico. Para isso, mobiliza diferentes linguagens artísticas e recursos expressivos, permitindo a exploração simbólica do universo emocional e subjetivo dos indivíduos (Philippini, 2018).

No contexto educacional, a Arteterapia tem apresentado resultados promissores ao contribuir para a redução do estresse ocupacional e para a prevenção da Síndrome de Burnout, favorecendo a criação de espaços de acolhimento, relaxamento e cuidado, essenciais à promoção da saúde e do bem-estar docente (Wandscheer, 2016; Oliveira; Santos, 2021; Santos, 2019).

Experiências desenvolvidas com professoras da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, por meio da escrita criativa e de recursos literários, demonstram que o processo criativo favorece a expressão de emoções, a elaboração de experiências e a ressignificação afetiva diante das exigências impostas pelo exercício da docência (Vasques, 2009; Wandscheer, 2016). Além dos benefícios individuais, pesquisas evidenciam que as práticas grupais de Arteterapia fortalecem a cooperação, o acolhimento e o sentimento de pertencimento, contribuindo para reduzir o isolamento profissional e resgatar o prazer no trabalho (Wasndscheer, 2016; Cunha, 2024; Ristum, 2023).

Todavia, embora a Arteterapia constitua uma importante estratégia de promoção da saúde e do bem-estar docente, seus efeitos não substituem a necessidade de políticas estruturantes de valorização do magistério. Medidas como o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional, a implementação de planos de carreira, a oferta de formação continuada e a melhoria das condições físicas e materiais das escolas permanecem indispensáveis para enfrentar as causas estruturais do adoecimento docente. Além disso, iniciativas arteterapêuticas isoladas frequentemente esbarram na escassez de recursos, na ausência de financiamento contínuo e na insuficiência de condições organizacionais, evidenciando que sua efetividade depende de sua articulação com políticas públicas permanentes de valorização profissional e de cuidado integral (Vasques, 2009; Wandscheer, 2016).

Percurso metodológico

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa e exploratória para refletir sobre o adoecimento de docentes da educação básica relacionado às condições de trabalho e analisar as contribuições da Arteterapia como prática de acolhimento e escuta. A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, com base em artigos científicos, livros, teses, dissertações e

documentos oficiais obtidos em bases acadêmicas e portais governamentais (Viera; Zouain, 2006; Bardin, 2011). Os descritores utilizados foram adoecimento docente, valorização profissional, saúde mental e Arteterapia.

Foram incluídos estudos sobre condições de trabalho docente, precarização do trabalho, políticas públicas educacionais e Arteterapia como estratégia de promoção da saúde e cuidado, sendo excluídos materiais sem relação direta com os objetivos da pesquisa. Na análise documental, examinaram-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Lei nº 14.113/2020) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), buscando relacionar as garantias legais às condições reais de trabalho dos professores.

A pesquisa foi realizada entre junho e outubro de 2025, abrangendo fontes desde 1988 até produções científicas de 2024 e 2025, com o objetivo de apresentar uma discussão atualizada sobre saúde mental docente, condições de trabalho e o potencial da Arteterapia para a promoção do bem-estar e da valorização profissional.

Resultados e discussão

4.1. A legislação brasileira e o direito de cuidado docente

A valorização dos(as) profissionais da educação constitui um dos pilares essenciais para assegurar uma educação pública de qualidade no Brasil (Morais; Abreu; Assunção, 2023). Entretanto, para que essa valorização se concretize, é indispensável o efetivo cumprimento da legislação, incluindo a implementação do Piso Salarial Profissional Nacional, bem como o enfrentamento da discrepância entre o discurso oficial e as condições concretas de trabalho vivenciadas pelos(as) docentes (Molena; Barioni, 2024; Lima; Vieira; Leal, 2024; Santos *et al.*, 2024; Barbosa; Jacomini; Minto, 2024).

Há consenso na literatura de que a valorização docente deve ocupar posição central nas políticas públicas educacionais, uma vez que o alcance dos objetivos do processo de ensino e aprendizagem é comprometido quando os(as) profissionais se encontram desmotivados(as), sobrecarregados(as), exaustos(as) e adoecidos(as) (Wandscheer, 2016; Moraes; Abreu; Assunção, 2023).

No Brasil, esse princípio encontra respaldo em diversos instrumentos legais, entre os quais se destacam a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014) e a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (Brasil, 2008).

Quadro 1 - Dispositivos legais de regulamentação do magistério no Brasil.

INSTRUMENTO/DOCUMENTOS OFICIAIS	DESCRIÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL
Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). (BRASIL, 1996)	Seguindo a Constituição Federal, o Art. 3º, inciso VII, da LDB reforça a valorização do profissional da educação. O Art. 67º, incisos I a VI, determina que os sistemas de ensino garantam ingresso por concurso público, formação continuada, piso salarial, progressão por qualificação e desempenho, tempo para estudos e planejamento, e condições adequadas de trabalho.
Lei nº 9.424/1996 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) - Vigência de 1998 a 2006.	Fixa recursos mínimos apenas para o Ensino Fundamental - anos iniciais e finais. (Excluindo Educação Infantil e ensino médio); valorização do magistério; viabilização justa de recursos entre Estados e Municípios, prevendo a complementação quando necessário.
Lei nº 11.494/ 2007(vigência inicial de 20 anos) (BRASIL 2007) e atualizado na emenda constitucional O Art. 2º estabelece que os Fundos se destinam à manutenção e desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo remuneração justa. nº 108 de 26 de agosto de 2020 e regulamentado pela lei 14.113/2020 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (BRASIL, 2020).	As principais alterações do novo FUNDEB ocorreram nas leis nº 14.276/2021, que ampliou o conceito de profissionais da educação básica, e nº 14.325/2022, que, no Art. 47-A, trata da utilização de recursos extraordinários provenientes de decisões judiciais sobre o cálculo do valor anual por aluno.
Lei nº Lei nº 10.172/2001(vigência inicial de 10 anos), Lei nº 13.005/2014 e Projeto de Lei nº 2.614/2024(em tramitação) - Plano Nacional de Educação (PNE)	Estabelece metas e estratégias para o avanço de políticas públicas educacionais para assegurar a efetivação do artigo 214 da Constituição Federal; entre 2014-2024 mantém as estratégias para o avanço de políticas públicas, mas com principal eixo na valorização docente.
Lei nº 11.738/2008 e Portaria MEC nº 77/2025 - Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)	Define o valor do Piso Nacional da educação básica; estabelece 1/3 da carga horária para atividades extraclasse e determina o reajuste anualmente; e na Portaria define o valor do novo Piso Salarial Nacional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Esses dispositivos asseguram direitos relacionados às principais dimensões da valorização docente:

- Carreira: constitui uma das dimensões centrais da valorização do magistério, abrangendo remuneração, progressão funcional e estabilidade (Wandscheer, 2016). A Constituição Federal garante planos de carreira e ingresso por concurso público nas redes públicas de ensino (Brasil, 1988), enquanto a LDB atribui aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade por sua implementação (Brasil, 2020);
- Formação: compreende a formação inicial e continuada, reconhecida como elemento fundamental para a valorização profissional (Wandscheer, 2016), com previsão legal para capacitação em serviço e aperfeiçoamento permanente (Brasil, 1996);
- Remuneração: a legislação estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional para os(as) profissionais do magistério da educação básica pública (Brasil, 2008);
- Condições de trabalho: compete ao poder público assegurar infraestrutura adequada, relação equilibrada entre número de estudantes e professores(as) e organização da jornada de trabalho (Brasil, 1996);
- Valorização profissional: a Constituição Federal prevê a garantia de padrão de qualidade da educação, a implementação do piso salarial e a adequação dos planos de carreira, enquanto a LDB assegura direitos como tempo destinado aos estudos, ao planejamento e à avaliação durante a jornada de trabalho (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

Apesar desse conjunto de garantias legais, a realidade cotidiana revela uma expressiva distância entre os direitos assegurados e sua efetiva implementação. A jornada de trabalho frequentemente extrapola os limites da escola, estendendo-se ao espaço doméstico e reduzindo o tempo destinado ao descanso, ao lazer, ao autocuidado e à convivência familiar. Esse contexto intensifica a sobrecarga física e emocional, especialmente entre as mulheres, que acumulam responsabilidades profissionais e domésticas (Oliveira; Castro; Assis, 2024; Mansur, 2024; Sousa *et al.*, 2024).

Além disso, cresce a expectativa de que o(a) professor(a) desempenhe funções que extrapolam sua atuação pedagógica, assumindo papéis de

psicólogo(a), assistente social e conselheiro(a), o que amplia significativamente a sobrecarga e a exaustão emocional (Morais; Abreu; Assunção, 2023; Cunha, 2024). Soma-se a esse quadro o aumento da violência escolar e das vulnerabilidades sociais nos territórios onde as escolas estão inseridas, exigindo dos(as) docentes mediações cada vez mais complexas e elevando os níveis de estresse ocupacional (Queiroz, 2025; Gomes; Silva; James, 2025; Damasceno Marques, 2024).

Esse cenário evidencia a contradição entre o marco legal de proteção ao trabalho docente e as condições concretas de exercício da profissão. O art. 196 da Constituição Federal estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Brasil, 1988). Em consonância com esse princípio, o art. 200 atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a competência para desenvolver ações voltadas à saúde do(a) trabalhador(a), abrangendo, portanto, os(as) profissionais da educação (Brasil, 1988). Assim, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas permanentes que assegurem não apenas a valorização da carreira docente, mas também a promoção, a proteção e o cuidado integral à saúde desses(as) profissionais.

4.2 Os benefícios da Arteterapia na valorização da docência

A utilização da Arteterapia na valorização da docência está intimamente relacionada ao enfrentamento dos desafios e dos impactos negativos vivenciados pelos(as) professores(as), bem como à promoção de seu bem-estar e de sua saúde (Vasques, 2009; Wandscheer, 2016; Moraes *et al.*, 2021; Moraes; Abreu; Assunção, 2023; Ristum, 2023).

Embora a Arteterapia seja reconhecida oficialmente como uma Prática Integrativa e Complementar em Saúde (PICS) no Brasil desde 2017, a produção acadêmica que a relaciona especificamente ao adoecimento docente ainda se caracteriza pela fragmentação e pela baixa visibilidade institucional. A escassez de registros de experiências sistematizadas evidencia que iniciativas arteterapêuticas voltadas aos(as) professores(as) frequentemente enfrentam limitações decorrentes da insuficiência de recursos, da ausência de financiamento contínuo e da fragilidade

do apoio institucional, fatores que dificultam sua consolidação como política pública de Estado. Essa lacuna, tanto acadêmica quanto política, reforça a necessidade de ampliar o debate sobre a saúde docente para além da valorização remuneratória, reconhecendo o(a) professor(a) como um "ser humano integral" (Wandscheer, 2016; Vasques, 2009; Philippini, 2021).

Em um contexto em que 42% dos(as) docentes relatam utilizar psicofármacos e muitos(as) vivenciam processos de desvalorização profissional que comprometem sua autoestima, a Arteterapia apresenta-se como uma importante estratégia de promoção da saúde mental e do desenvolvimento integral. Por meio da expressão criativa, favorece o fortalecimento das dimensões cognitivas, motoras e socioemocionais, estimula a construção de vínculos afetivos, fortalece a identidade profissional e amplia as possibilidades de elaboração das experiências de sofrimento decorrentes do trabalho docente (Morais; Abreu; Assunção, 2023; Ristum, 2023; Silva; Fulgêncio; Calabar, 2024; Vasques, 2009).

Entretanto, apesar de suas contribuições para a promoção da saúde e do bem-estar docente, iniciativas de Arteterapia voltadas aos(as) professores(as), como as desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Vitória, ainda não se consolidaram como políticas públicas permanentes. Entre os principais entraves destacam-se a descontinuidade das ações, a limitação de recursos, a ausência de financiamento contínuo, a insuficiência de apoio institucional e a precariedade das condições organizacionais necessárias à implementação dessas práticas (Wandscheer, 2016).

Nesse sentido, embora a Arteterapia constitua uma importante estratégia de cuidado e promoção da saúde, seus benefícios não substituem a necessidade de políticas estruturantes de valorização do magistério. Medidas como o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional, a implementação de planos de carreira, a garantia de formação inicial e continuada de qualidade e a melhoria das condições físicas e materiais das escolas permanecem indispensáveis para enfrentar as causas estruturais do adoecimento docente. Da mesma forma, para que a Arteterapia produza impactos duradouros, é imprescindível que deixe de se configurar como uma iniciativa pontual e passe a integrar políticas públicas permanentes de valorização docente e cuidado integral, articulando ações de

promoção da saúde à garantia de condições dignas de trabalho (Vasques, 2009; Wandscheer, 2016).

Diante desse cenário, torna-se necessário incorporar a Arteterapia e outras práticas integrativas às políticas públicas de forma estruturada, com investimentos permanentes, continuidade das ações e maior visibilidade institucional (Wandscheer, 2016; Vasques, 2009). Essa perspectiva amplia o conceito de valorização docente para além da remuneração, da carreira e das avaliações de desempenho, incluindo a promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho e reconhecendo o(a) professor(a) como um "ser humano integral" (Wandscheer, 2016). Assim, a Arteterapia não se apresenta como uma alternativa às políticas estruturais de valorização do magistério, mas como uma estratégia complementar, capaz de fortalecer a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento integral dos(as) docentes no contexto de uma política pública comprometida com a qualidade da educação.

Considerações finais

A Arteterapia consolida-se, nesta discussão, como um dispositivo de resistência subjetiva e de humanização, capaz de se contrapor à lógica produtivista. Sua contribuição transcende o alívio de sintomas, pois, ao fundamentar-se no processo criativo livre, possibilita que o(a) professor(a) acesse, elabore e reorganize percepções obscurecidas pela exaustão, transformando "mundos esquecidos" e experiências de sofrimento em novas possibilidades de existência. Diferentemente de abordagens estritamente prescritivas, essa prática promove vivências que favorecem a expressão de emoções reprimidas e a elaboração de "situações inacabadas" decorrentes dos conflitos vivenciados no cotidiano escolar.

Nessa perspectiva, sua principal contribuição consiste em materializar o princípio da educação integral também para o(a) educador(a), reconhecendo-o(a) como um "ser humano integral", cujas dimensões cognitiva, afetiva, física e social devem ser igualmente contempladas. Entretanto, os resultados indicam que seu potencial como instrumento de valorização docente depende da superação do caráter pontual e isolado de muitas iniciativas, exigindo sua incorporação como estratégia permanente de política pública, com financiamento adequado, continuidade e visibilidade institucional. Somente dessa forma será possível

contribuir para a efetivação do direito à saúde, assegurado pela Constituição Federal, também no cotidiano das instituições escolares.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível ampliar o debate sobre o adoecimento docente nos campos político, educacional e social, assumindo um compromisso efetivo com a transformação das condições de trabalho. A precarização da educação básica ultrapassa a esfera individual, pois compromete diretamente a qualidade do ensino ofertado às crianças e aos(as) jovens, especialmente àqueles(as) pertencentes à classe trabalhadora. Desse modo, negligenciar a valorização e o cuidado com os(as) professores(as) significa também perpetuar desigualdades sociais e limitar a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa.

Nesse contexto, é fundamental fortalecer estratégias permanentes de acolhimento, cuidado e promoção da saúde destinadas aos(as) profissionais da educação, reconhecendo a Arteterapia como um importante recurso nesse processo. Contudo, seus benefícios somente alcançarão maior efetividade quando articulados a políticas estruturantes de valorização docente, capazes de assegurar condições dignas de trabalho, reconhecimento profissional e atenção integral à saúde. Torna-se, portanto, urgente construir perspectivas para a educação básica brasileira que priorizem todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, especialmente os(as) educadores(as), oferecendo-lhes condições para atuar como agentes de transformação social. Professores(as) emocionalmente saudáveis tendem a estabelecer relações mais acolhedoras, criativas e afetivas, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais humanizados, colaborativos e favoráveis ao desenvolvimento integral de toda a comunidade escolar.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ALMEIDA, K. S. *Formação cidadã contínua e abrangente*. Revista Foco, v. 17, n. 12, p. 1-19, 2024. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7183?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25/09/2025.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; ABREU, Mery Natali Silva. *Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil*. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00169517, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2019.v35suppl1/e00169517/>. Acesso em 30/05/2025.

BARBOSA, M. L.; JACOMINI, M. A.; MINTO, L. W. *Análise das metas de valorização docente do PNE (2014–2024)*. Cadernos de Pesquisa, v. 54, n. 191, p. 112–137, 2024. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052024000400115&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 01/10/ 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. p.229.

BOFE, Letícia; BARBIAN, Cláudia Daniela; DA SILVA, Priscila Tatiana; REUTER, César Priscila; BURGOS, Maria Suzana. *A INTERDISCIPLINARIDADE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE PARA DIFERENTES GRUPOS POPULACIONAIS/Saúde do professor de educação básica: processos curadores do adoecimento x qualidade de vida*, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2736/1/A%20interdisciplinaridade%20na%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20sa%C3%BAde%20para%20diferentes%20grupos%20populacionais.pdf#page=51>. Acesso em: 30/05/2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31/05/2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06/05/2025.

BRASIL. *Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Piso Salarial Profissional Nacional para os(as) profissionais do magistério público da educação básica*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 06/05/2025.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 06/05/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 849, de 27 de março de 2017*. Inclui novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 68, 28 mar. 2017. Disponível em: https://atencao primaria.rs.gov.br/upload/arquivos/201712/12084539-portaria-ampliac ao-pnpic-849-2017.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26/09/2025.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020*. Altera a Constituição Federal para tornar permanente o Fundeb. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 26/05/2025.

BRASIL. *Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020*. Regulamenta o Fundeb. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm. Acesso em: 26/05/2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Violência em ambiente escolar: entenda os impactos da disseminação do ódio nas salas de aula*. Portal Gov.br, 25 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/violencia-em-ambiente-escolar-entenda-os-impactos-da-disseminacao-do-odio-nas-salas-de-aula>. Acesso em: 25/09/2025.

CUNHA, Saulo Daniel Mendes et al. *Vivências, condições de trabalho e processo saúde-doença: retratos da realidade docente*. Educação em Revista, v. 40, p. e36820, 2024. (2024). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/QxWTjkkxVDCy7vPXsRWJ4HgB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 31/05/2024.

DAMASCENO MARQUES, Soray Soares Rosa. O problema da violência nas escolas brasileiras. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 2024, GT1. *Formação de professores*. Vol. 3. [S.l.]: Editorarealize, 2024. p. 1-17. ISBN 978-65-5222-025-7. DOI: 10.46943/X.CONEDU.2024.GT01.036. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2024/GT1/TRABALHO_COMPLETO_EV200_MD5_ID8829_TB2700_10062024191328.pdf. Acesso em: 26/09/2025.

DUCHASTEL, Pauline. *O caminho do imaginário: arte e imaginação em arteterapia*. São Paulo: Summus, 2010.

FARIAS, B. H. da S.; WAGNER, F. Condições de trabalho e adoecimento docente: causas persistentes. 2024. *Preprint*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10323>. Acesso em: 26/09/2025.

GONÇALVES, Brenda Maria Vieira; LIMA, Francisco José de. Investimento Educacional: repercussões na implementação de políticas públicas de formação e valorização docente e na qualidade da educação brasileira. *Revista Ensino em Debate*, Fortaleza, v. 2, p. e2024012, 2024. DOI: 10.21439/2965-6753.v2.e2024012. Disponível em: <https://revistarede.ifce.edu.br/ojs/index.php/rede/article/view/28>. Acesso em: 1 jul. 2026.

GOMES, Bianca James Sousa; SILVA, Flávia Eugênia da; JAMES, Luzineide de Souza. Saúde mental dos professores e violência escolar: impactos e desafios. *Revista Multidisciplinar REMUNOM*, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.61164/bb8vgr42>. Acesso em: 25/09/2025.

LIMA, R. P.; VIEIRA, T. A.; LEAL, M. A. *As metas 17 e 18 do PNE (2014–2024) e a valorização do magistério*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 32, n. 125, p. 445–468, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pPKLVyfZMzgjDRW4H5B5YJj/>. Acesso em: 01/10/2025.

MANSUR, T. S. *Saúde mental de servidores administrativos e professores de uma instituição de educação profissional e tecnológica*. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S.l.], v. 13, n. 8, e9413846636, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v13i8.46636>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/46636>. Acesso em: 26/09/2025.

MOLENA, L. M.; BARIONI, M. C. *A valorização do trabalho docente sob a lógica do estado mínimo e políticas de austeridade*. Revista ARACE: Novos Horizontes em Educação e Ciências Sociais, v. 3, n. 2, p. 45–62, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/4193/5620/16526>. Acesso em: 01/10/2025.

MORAIS, Évelin Angélica Herculano et al. *Condições de trabalho nas escolas brasileiras da educação básica e saúde dos professores: EDUCATEL*, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

Horizonte, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/44310/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20%c3%89velin%20Moraes%2015%20dez%20de%202021.pdf> Acesso em: 04/06/ 2025.

MORAIS, Évelin Angélica Herculano de; ABREU, Mery Natali Silva; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. *Autoavaliação de saúde e fatores relacionados ao trabalho dos professores da educação básica no Brasil*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, p. 209-222, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/csc/2023.v28n1/209-222/>. Acesso em: 05/06/2025.

OLIVEIRA, Erik Cunha de; SANTOS, Gislainne Thaice da Silva. *Síndrome de burnout em docentes da educação básica*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 7, n. 9, p. 1069–1077, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i9.2311>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2311>. Acesso em: 22/05/2025.

PHILIPPINI, Angela. *Linguagens, materiais expressivos em arteterapia: uso, indicações e propriedades*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

_____. *Grupos em Arteterapia: redes criativas para colorir vidas*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

_____. *Para entender Arteterapia: cartografia da coragem*. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2021.

PLESSIM, Vinicius Kapicius. *A precarização do trabalho docente: trajetórias de lutas e resistências do magistério carioca*. Revista Profissão Docente, Uberaba, MG, v. 24, n. 49, p. 1-29, 2024. DOI: 10.31496/rpd.v24i49.1557. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1557/1639>. Acesso em: 24/09/2025.

QUEIROZ, Christina. *Violência escolar aumenta nos últimos 10 anos no Brasil*. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, edição 350, abr. 2025. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/violencia-escolar-aumenta-nos-ultimos-10-anos-no-brasil/>. Acesso em: 25 set. 2025.

REIS, Alice Casanova dos. *Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo*. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 34, p. 142-157, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/5vdgTHLvfkzynKFHnR84jqP/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 23/05/2025.

RISTUM, Marilena. *Violência na escola, da escola e contra a escola*. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes; NJAINE, Kathia (orgs.). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023. p. 71-80. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q58k5>. Acesso em: 24/05/2025.

SANTOS, F. A. dos; SILVA, J. R.; CARVALHO, P. H. et al. *Valorização docente no Brasil: caminhos e desafios*. Revista Acadêmica da Lusofonia, v. 2, n. 1, p. 123–140, 2024. Disponível em: <https://revistaacademicadalusofonia.com/index.php/lusofonia/article/view/165>. Acesso em: 01/10/2025.

SANTOS, Fábila Barbosa dos. *Mal-estar docente: a análise dos fatores estressores que causam síndrome de burnout nos docentes da educação básica*. In: SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 7., 2019, Porto. Anais [...]. Porto: SIMELP, 2019. Disponível em: <https://simelp.com.br/anais-simelp/publicacoes/AT219/PDF-trab-3353-1.pdf>. Acesso em: 20/05/2025.

SILVA, Livia Vitória; FULGÊNCIO, Carla Velasco Ferreira; CALABAR, Fernanda Pereira. *O adoecimento docente decorrente de uma vasta desvalorização do magistério*. Revista Educare (Online), João Pessoa, v. 10, p. 1–25, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/educare/article/view/67947>. Acesso em: 22/05/ 2025.

SOUSA, Joceli de Fatima Arruda. *O trabalho docente precarizado e sua relação com a expansão do capital*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 23, p. 1-20, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8670555. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670555>. Acesso em: 24/09/2025.

SOUSA, Maria da Luz. *Muito mais do que pintar: Arteterapia*. [recurso eletrônico]: Editora Saber e Ler, 2012.

SOUSA, N. B. F.; GRANJA, N. L.; MONTE, F. F. de C.; SANTOS, P. C. M. de A.; SHIOSAKI, R. K.; SILVA, T. F. A. da. *Violência escolar e suas consequências físicas, psicológicas e profissionais sobre os professores*. Cadernos de Pedagogia, v. 21, n. 7, 2024.
DOI: 10.54033/cadpedv21n7-089.
Disponível em: <https://revista.reintegra.org/index.php/cadped/article/view/1197>.
Acesso em: 26/09/2025.

UNIÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE ARTETERAPIA (UBAAT).

Parâmetros para a formação do arteterapeuta, para cursos de arteterapia e para o exercício profissional. 4. ed. São Paulo: UBAAT, 2019. Disponível em: <https://www.ubaat.com.br/>. Acesso em: 24/05/ 2025.

VASQUES, Márcia Camargo Penteado Corrêa Fernandes. *A arteterapia como instrumento de promoção humana na saúde mental*. 2009. 87 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/98472>. Acesso em: 23/05/ 2025.

VIEIRA, M. M. F. *Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração*. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (org.). *Pesquisa qualitativa em Administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

WANDSCHEER, M. F. *Valorização de professores por meio da Arteterapia*. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 10-20, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/24098>. Acesso em: 24/05/2025.

Submetido em 29 de março de 2025.

Aceito em 17 de julho de 2026.

Publicado em 20 de julho de 2026.